

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AA) ROBERTO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS

**OPERAÇÕES RIBEIRINHAS:**

**A atuação da Marinha do Brasil (MB) por meio do patrulhamento naval integrado às operações ribeirinhas na Amazônia Ocidental.**

Rio de Janeiro

2024

CC (AA) ROBERTO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS:

**A atuação da Marinha do Brasil (MB) por meio do patrulhamento naval integrado às operações ribeirinhas na Amazônia Ocidental.**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CF (FN) Romulo Lopes da Silva

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, Ademir e Izaira (*in memoriam*), os quais me deram a educação necessária para que eu me tornasse um homem de bem. Hoje eles são as duas estrelas mais brilhantes do céu, que iluminam e guiam o meu caminho.

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada disso seria possível; à minha esposa Aline e aos meus filhos Raphael, Roberta e Pedro, que são os amores da minha vida, por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos e entenderem a minha ausência ao longo deste ano para que eu pudesse me dedicar aos estudos e a este trabalho final do Curso Superior da EGN; à CMG (RM1-T) **Chiara** Leão A. de F. D. de Freitas, Instrutora de Metodologia Científica da EGN; ao CF (FN) **Romulo** Lopes da Silva, meu orientador; e ao SO-Refº-ET Francisco **Rodrigues** de Souza, Ajudante da Instrutora de Metodologia Científica da EGN, por todo apoio e orientações seguras que colaboraram e foram fundamentais para aprimoramento e conclusão desta monografia. Por fim, gostaria de agradecer, também, aos amigos da turma C-Sup 2024 pela troca de experiências que ajudaram na construção deste estudo acadêmico.

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la”.

**Gen Ex Rodrigo Octávio Jordão Ramos**

## RESUMO

Esta monografia analisa a atuação da Marinha do Brasil por meio do patrulhamento naval integrado às Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental. A localização geográfica em que se concentra o estudo compreende os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. As populações ribeirinhas dessa região são compostas majoritariamente por descendentes de povos indígenas e migrantes do ciclo da borracha dos séculos XIX e XX. Esta análise destaca a importância estratégica dessas operações realizadas pela Patrulha Naval para a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, garantia da soberania nacional, dissuasão de ameaças externas e combate a atividades ilícitas. A Amazônia Ocidental, com sua vasta biodiversidade e relevância geopolítica, requer um patrulhamento eficiente para assegurar a integridade e segurança da região. Esta pesquisa visa contribuir para a formulação de políticas públicas e estratégias militares, auxiliando a proteção ambiental e a segurança nacional. Ao final, são apresentadas as principais características e recomendações para melhorar as Operações Ribeirinhas, além de discutir suas implicações para políticas públicas e futuras pesquisas.

Palavras-chave: Patrulha Naval. Segurança. População Ribeirinha. Soberania.

## **ABSTRACT**

### **RIVERINE OPERATIONS: THE ACTIONS OF THE BRAZILIAN NAVY THROUGH INTEGRATED NAVAL PATROLS WITHIN RIVERINE OPERATIONS IN THE WESTERN AMAZON**

This monograph analyzes the performance of the Brazilian Navy through integrated naval patrols in Riverine Operations in the Western Amazon. The geographical area studied includes the states of Acre, Amazonas, Rondônia, and Roraima. The riverine populations in this region are mainly composed of descendants of indigenous peoples and migrants from the rubber boom of the 19th and 20th centuries. This analysis highlights the strategic importance of these operations carried out by the Naval Patrol to preserve natural resources and the environment, guarantee national sovereignty, deter external threats, and fight against illicit activities. The Western Amazon, with its vast biodiversity and geopolitical relevance, requires efficient patrolling to ensure the integrity and security of the region. This research aims to contribute to the formulation of public policies and military strategies, aiding in environmental protection and national security. In conclusion, the main characteristics and recommendations to improve Riverine Operations are presented, as well as a discussion on their implications for public policies and future research.

Keywords: Naval Patrol. Security. Riverine Population. Sovereignty.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	11
3	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	13
3.1	AMAZÔNIA	13
3.2	A PATRULHA NAVAL (PATNAV)	16
3.3	AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS	18
3.4	A PATRULHA NAVAL E O MEIO AMBIENTE	21
3.5	A MB NA GARANTIA DA SOBERANIA NACIONAL	25
3.6	A TECNOLOGIA NO AUXÍLIO ÀS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS	34
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	36
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	38

## 1- INTRODUÇÃO

Esta monografia propõe-se analisar as Operações Ribeirinhas (OpRib) na Amazônia Ocidental, com foco na atuação da Patrulha Naval. O estudo vai se concentrar na importância estratégica dessas operações para diferentes aspectos, incluindo a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, a garantia da soberania nacional, a dissuasão de ameaças externas e o combate às atividades ilícitas. A escolha da Amazônia Ocidental como objeto de pesquisa e estudo é justificada por sua vastidão territorial, sua rica biodiversidade e sua relevância geopolítica. Além disso, trata-se de uma área de grande valor ecológico e estratégico, onde a complexidade ambiental é acentuada pela presença de riquezas naturais e pela imensidão de seus cursos d'água. Diante dessas características, as operações de patrulha e vigilância se tornam indispensáveis para garantir a segurança, a integridade territorial e o equilíbrio ambiental em uma região que transcende fronteiras nacionais e assume papel central na estabilidade global.

As Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental enfrentam desafios únicos que exigem soluções inovadoras e estratégias específicas. A variação sazonal no nível dos rios, uma característica marcante da região, impõe dificuldades adicionais às operações. A geografia intricada, com sua vasta e interligada rede hidrográfica, representa um desafio logístico significativo, pois o transporte e a comunicação dependem quase exclusivamente das vias fluviais. O clima equatorial, com chuvas intensas e umidade constante, exige equipamentos e métodos adaptados a condições extremas. Além disso, a logística é frequentemente dificultada pelo acesso limitado, pelas grandes distâncias e pela precariedade das infraestruturas de apoio. As operações ainda enfrentam riscos como a presença de animais selvagens e a proliferação de atividades ilegais, incluindo tráfico de drogas, extração ilegal de madeira e pesca predatória. Nesse contexto, o treinamento especializado é essencial, incluindo o desenvolvimento de habilidades de navegação fluvial, sobrevivência na selva e o uso de tecnologias modernas para monitoramento e vigilância. A inovação tecnológica desempenha papel crucial, proporcionando ferramentas como drones, sistemas de comunicação avançados e embarcações mais eficazes para enfrentar os desafios impostos pela região.

A relevância deste estudo está diretamente ligada à necessidade de aprimorar as Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental, uma das regiões mais biodiversas e ameaçadas do planeta. Este bioma abriga uma riqueza ecológica e cultural incomparável, mas também enfrenta pressões crescentes devido à exploração descontrolada, ao

desmatamento e à ocupação irregular. Ao examinar as estratégias adotadas pela Marinha do Brasil (MB), o estudo pretende contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e estratégias militares que promovam não apenas a segurança nacional, mas também a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A análise busca oferecer subsídios teóricos e práticos para a capacitação de profissionais comprometidos com a defesa e preservação da Amazônia, fomentando uma visão integrada entre segurança e sustentabilidade, essencial para o futuro da região e do país.

A vida ribeirinha na Amazônia Ocidental é marcada por uma história rica e uma interação profunda com o meio ambiente. Os habitantes das margens dos rios têm origem em povos indígenas e migrantes que se fixaram na região durante o ciclo da borracha. Ao longo dos séculos, essas comunidades desenvolveram uma cultura única, moldada pela diversidade étnica e pela convivência estreita com os rios, que servem tanto como fonte de sustento quanto como principal via de transporte. No entanto, os ribeirinhos enfrentam inúmeros desafios, incluindo a falta de infraestrutura básica, o isolamento geográfico, as mudanças climáticas e os conflitos fundiários. Além disso, a escassez de serviços de saúde, educação e transporte agrava as condições de vida nessas comunidades. Apesar das adversidades, sua resiliência e adaptação às condições extremas da região são um testemunho da conexão humana com o ambiente natural. Este contexto sociocultural reforça a importância de iniciativas integradas que contemplem o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a proteção ambiental como pilares para o futuro da Amazônia Ocidental.

Foi utilizada como metodologia uma abordagem qualitativa, combinando a revisão bibliográfica com a análise documental. Esta incluiu a investigação de documentos estratégicos e operacionais da MB e aquela abrangeu livros, obras e artigos acadêmicos, sendo feita uma seleção criteriosa das fontes a respeito de sua importância e credibilidade. Também foram utilizadas as seguintes ferramentas: “Bussola”, que oferece acesso a documentos oficiais, notícias e publicações relevantes; “Google”, que faz uma varredura geral; “Google Acadêmico”, o qual busca por artigos acadêmicos e trabalhos científicos; e pesquisa no acervo da MB, em documentos históricos relacionados ao tema.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos: introdução, referencial teórico, desenvolvimento, que foi dividido em seis tópicos, e considerações finais. O primeiro tópico do desenvolvimento contextualiza o ambiente da Amazônia Ocidental, o segundo traz uma explanação sobre a Patrulha Naval (PATNAV) e sua atuação subsidiária na MB, o terceiro examina as populações ribeirinhas, o quarto aborda a proteção dos recursos

naturais e proteção do meio ambiente na Amazônia Ocidental, o quinto descreve as ações de presença da MB para a garantir a soberania nacional e para dissuadir possíveis ameaças externas na região e o combate às atividades ilícitas, incluindo o tráfico de entorpecentes, comércio ilegal de armas, desmatamento, extrativismo irregular, biopirataria, grilagem e tráfico de pessoas, destacando a importância da coordenação com outras agências de segurança e com a comunidade local. Por fim, o sexto e último tópico de desenvolvimento fala sobre a tecnologia a serviço das Operações Ribeirinhas na região do estudo.

Ao final, serão apresentadas as considerações finais a respeito do estudo, ressaltando as principais descobertas e propondo recomendações para o aprimoramento das OpRib na Amazônia Ocidental. Serão discutidas também as implicações do estudo para políticas públicas e futuras pesquisas na área.

## **2 – REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta sessão tem como propósito embasar a investigação por meio da exposição e análise de conceitos, teorias e pesquisas previamente conduzidas sobre o assunto em estudo, integrando distintas perspectivas e abordagens. Auxiliando, assim, na construção de um arcabouço teórico sólido, que direcionará o desenvolvimento da pesquisa sobre o assunto escolhido.

A maior bacia hidrográfica do planeta é a do Rio Amazonas. A MB opera nestas vias fluviais desde o século XIX. Ela utiliza navios e embarcações de vários tipos para atender à segurança e apoiar as necessidades das populações ribeirinhas (Revista Marítima Brasileira, 2021b, p. 42).

Na concepção de Alfred Thayer Mahan, oficial da marinha americana e historiador, exposta em "A Influência do Poder Naval na História" (1890), enfatiza a importância do poder marítimo para a segurança e o progresso econômico de um país. O historiador defende que dominar os oceanos assegura o comércio, a projeção de força militar e a influência internacional. Mahan aponta seis elementos que fortalecem o poder naval, incluindo localização geográfica, capacidade industrial e um governo que valorize a marinha. Sua obra teve um impacto significativo na ampliação das forças navais e nas estratégias imperialistas das potências mundiais no início do século XX e continua sendo uma referência nos estudos de geopolítica marítima.

A MB conta com as tropas de Fuzileiros Navais, que estão preparadas para participar de operações navais de guerra e de ações de grande importância e duração

indefinida. Elas desempenham um papel fundamental no controle das margens das vias fluviais durante as OpRib. Além disso, essas tropas têm a capacidade de resistir à presença de forças inimigas próximas às fronteiras, às águas jurisdicionais e ao espaço aéreo brasileiro. São consideradas essenciais para fortalecer a soberania do País, conforme destacado em Brasil (2020c).

Cunha (2009) destaca a importância dos saberes indígenas na Amazônia, valorizando-os como ciência prática e patrimônio cultural. Ela vê a cultura como ferramenta de resistência dos povos indígenas, mas alerta contra sua folclorização. A autora defende uma antropologia crítica e ética, que apoie os direitos indígenas, como a demarcação de terras e a proteção de seus conhecimentos. Também analisa a Amazônia como espaço de disputas, criticando os impactos do agronegócio e da mineração. Sua visão conecta práticas indígenas a debates globais, como sustentabilidade e mudanças climáticas.

De acordo com o PEM 2040 (Brasil, 2020b), faz-se necessário sensibilizar a sociedade sobre a importância das águas interiores brasileiras para a manutenção da biodiversidade e da regulação climática, além de proteger os conhecimentos científicos estratégicos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) contra a biopirataria. Nas fronteiras terrestres e hidrovias, ameaças como o tráfico ilegal e organizações criminosas representam riscos à segurança nacional, exigindo uma atuação vigorosa do governo. Dessa forma, o monitoramento e controle eficazes são essenciais para garantir a segurança e proteger os interesses do País.

Além disso, de acordo com o contido na publicação EMA-305 (Brasil, 2017), a Patrulha Naval (PATNAV), inicialmente chamada de *patrulha costeira*, é uma atribuição subsidiária da MB para implementar e fiscalizar leis e regulamentos em áreas marítimas brasileiras, respeitando acordos internacionais. Realizada por meios navais, incluindo embarcações e aeronaves, pode contar com o reforço de fuzileiros navais ou mergulhadores de combate. Os aspectos legais exigem preparação e cooperação com órgãos federais e estaduais, e as atividades incluem fiscalização de diversas questões, como pirataria, contrabando e tráfico internacional de drogas.

Considerando-se a utilização do poder de polícia administrativa da Patrulha Naval, segundo Morgado (2008), a capacidade de intervenção administrativa é a competência atribuída ao Estado para regular, restringir e supervisionar atividades privadas com o objetivo de preservar a ordem pública, a segurança, a saúde, a tranquilidade e o meio ambiente.

As OpRib visam controlar tanto hidrovias interiores quanto áreas terrestres adjacentes. Durante essas operações, as tropas permanecem próximas às embarcações, movendo-se entre pontos terrestres em embarcações rápidas, adaptando-se às necessidades táticas. Equipamentos compatíveis e comunicação constante são essenciais. Durante essas manobras, algumas embarcações protegem os navios em pontos estreitos dos rios, enquanto realizam reconhecimento em áreas avançadas ou incursões breves em terra. O uso de viaturas anfíbias é limitado, mas os helicópteros desempenham papel importante. O treinamento para as OpRib é específico e contínuo, diferenciando-se das operações navais tradicionais (Brasil, 2005).

O artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que o meio ambiente é um recurso de todos e fundamental para a qualidade de vida saudável, exigindo que tanto o Estado quanto a sociedade assegurem sua proteção e conservação para as atuais e futuras gerações (Moraes, 2021).

A MB atua por meio da operação da Garantia da Lei e da Ordem promovendo a integração entre diferentes órgãos, na qual cada um contribui com suas próprias habilidades na execução de tarefas específicas, visando combater o contrabando de armas e drogas, além de desencorajar ações ilegais de forma conjunta. A missão no mar também ajuda a impedir que grupos criminosos alcancem áreas estratégicas de transporte de mercadorias e dificulta operações ligadas ao tráfico internacional de entorpecentes, com o objetivo de prejudicar as organizações criminosas (Agência Gov, 2024).

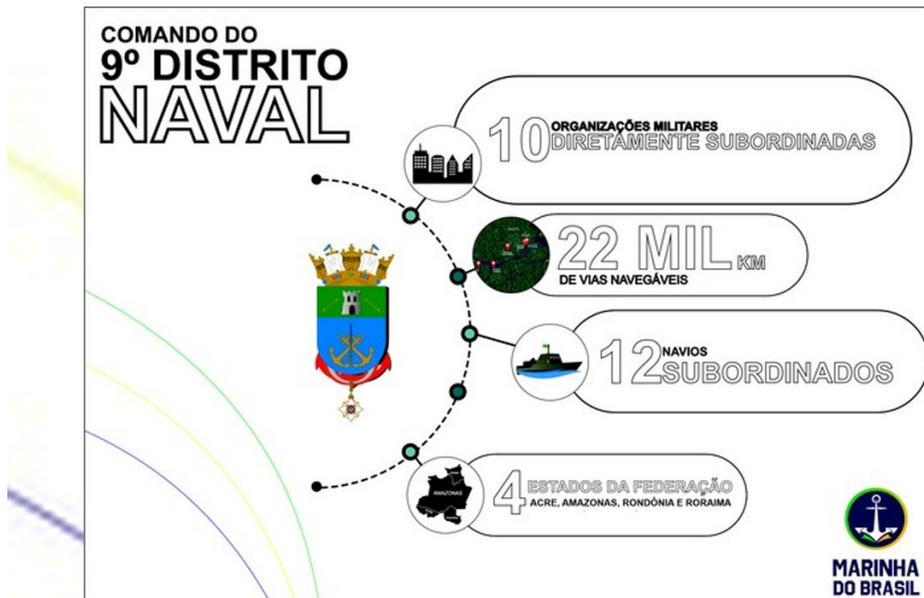
### **3 – DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1- AMAZÔNIA**

A região amazônica, situada na América do Sul, representa uma das áreas mais abundantes e ecologicamente diversificadas do planeta. Compreendendo cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados, ela se espalha por oito nações, com a maior parte dentro do território brasileiro. Famosa por sua extensa floresta tropical, a região amazônica é um ambiente essencial para uma infinidade de espécies vegetais e animais, muitas das quais exclusivas desse local. Além de sua diversidade biológica, esse bioma desempenha um papel fundamental na regulação do clima global, principalmente na absorção de gás carbônico (CO<sub>2</sub>). Além disso, a Amazônia abriga diversas populações,

que detêm culturas tradicionais e estilos de vida conectados à natureza. Apesar disso, a região enfrenta desafios significativos, incluindo o desmatamento, as alterações climáticas e as pressões econômicas e sociais, que colocam em risco sua integridade, tanto ecológica quanto cultural.

Figura 1 – Presença da MB na Amazônia Ocidental



Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/especial/comando-do-9o-distrito-naval-presenca-da-marinha-do-brasil-na-amazonia-ocidental>

“Na Amazônia, as Forças Armadas são amadas e desejadas, oferecendo, com a sua presença e atuação, um canal incansável de esperança para uma população esquecida pela maioria dos brasileiros” (Revista Marítima Brasileira, 2009, p. 115).

Para refletir sobre a segurança na Amazônia, é necessário levar em consideração certas características que tornam o planejamento consideravelmente mais complicado – a mobilidade, a diversidade do uso do solo e a ocupação territorial. A presença do governo e as políticas públicas pensadas para a região são inadequadas e não levam em conta suas peculiaridades geográficas e as diferentes dinâmicas locais e regionais. A distância física, a dificuldade de acesso e a alta rotatividade de funcionários são fatores que impactam o planejamento. A mobilidade na região amazônica é significativamente distinta do restante do país (Instituto Igarapé, 2022).

A Amazônia, um território compartilhado por oito países, é a maior floresta tropical do mundo. É o lar de 10% da biodiversidade conhecida do planeta. E é um estabilizador climático global, armazenando entre 90 e 140 bilhões de toneladas métricas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), um dos gases de efeito estufa mais nocivos que, se liberado, aceleraria a crise climática. E para mais de 470 povos indígenas

e tradicionais, a Amazônia tem sido um lugar ancestral de vida, a partir do qual eles desenvolveram suas formas de estar no mundo. Entretanto, a floresta tropical amazônica está sob várias ameaças – incluindo colonização, desmatamento e atividades extrativistas – que aumentam sua vulnerabilidade e afetam os direitos humanos daqueles que a habitam e a protegem (Sangüeza, 2023, *online*).

Nasser e Moraes (2014) descrevem a região amazônica e sua relevância geopolítica para os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), destacando seu potencial como espaço de integração sul-americana. Apontam a Amazônia como um centro de novas ameaças à defesa nacional, devido à sua vasta extensão e à presença limitada dos Estados na região. A riqueza natural da Amazônia contribui para a formação de uma identidade regional compartilhada pelos países amazônicos, que enfrentam a ameaça do interesse estratégico de grandes potências externas.

Nesse sentido, é imprescindível para o Brasil e para o equilíbrio do meio ambiente mundial a preservação da região amazônica, devido à sua vasta diversidade biológica e ao seu importante papel na regulação do clima. Diante das diversas ameaças em crescimento, como o desmatamento e a exploração ilegal de recursos, a presença da MB se torna vital. Sua atuação faz-se necessária para garantir a soberania nacional, combater atividades ilegais e proporcionar segurança às comunidades locais. Investir na presença da Força Naval na Amazônia por meio da Patrulha Naval nas OpRib, com foco na fiscalização e na proteção ambiental, é fundamental para garantir a conservação desse patrimônio natural e cultural para as próximas gerações.

O presente trabalho trata especificamente da região da Amazônia Ocidental, que é conhecida por englobar partes da floresta amazônica localizadas no lado oeste, abrangendo principalmente os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia no Brasil, além de áreas do Peru, Colômbia e Equador.

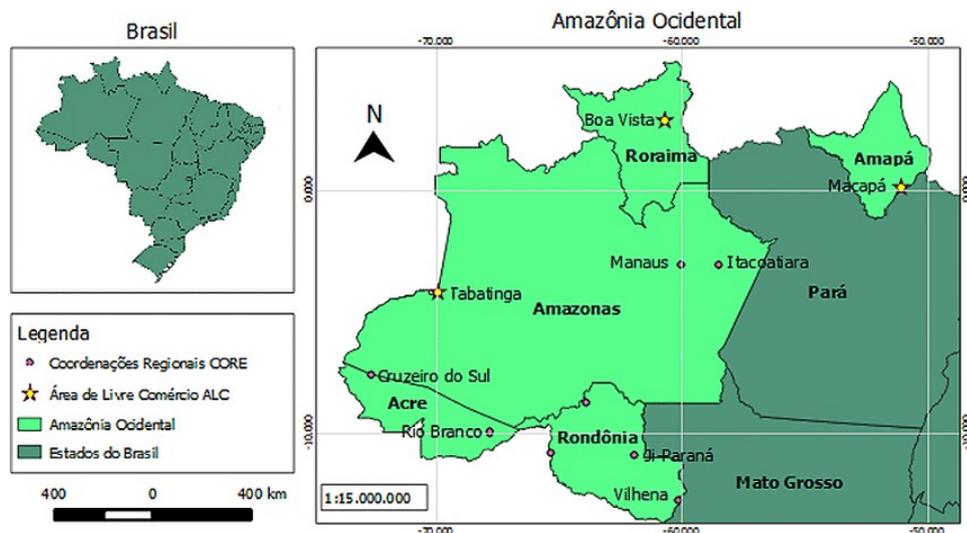
A região oeste da Amazônia se destaca por suas florestas tropicais densas, extensas bacias fluviais e ecossistemas ricos em biodiversidade. Nesse local, encontra-se uma variedade de ambientes, como florestas de terra firme, florestas alagáveis e igapós, além de savanas e zonas de transição. É conhecida pela sua ampla diversidade de plantas e animais, muitos dos quais são espécies únicas na região e estão ameaçadas de extinção.

A Amazônia Ocidental é povoada por diferentes grupos indígenas, os quais possuem suas próprias culturas, idiomas e formas de viver únicas. Muitos desses povos

estão presentes na região há séculos, adquirindo um vasto conhecimento sobre a floresta e suas riquezas.

Do ponto de vista econômico, essa região passa por obstáculos ligados ao desmatamento, mineração ilegal, exploração de madeira e disputas territoriais. Contudo, também são realizados importantes projetos de preservação e ações sustentáveis visando proteger esse ecossistema e sua diversidade biológica.

Figura 2 - Amazônia Ocidental



Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/figura-1-Amazonia-Ocidental-Fonte-SUFRAMA-Org-Thiago-O-Neto\\_fig1\\_344157844](https://www.researchgate.net/figure/figura-1-Amazonia-Ocidental-Fonte-SUFRAMA-Org-Thiago-O-Neto_fig1_344157844).

### 3.2 – A PATRULHA NAVAL (PATNAV)

A Patrulha Naval é uma das principais forças operacionais da MB com a missão de assegurar a soberania e a proteção das águas territoriais do Brasil. Suas funções englobam o monitoramento e a supervisão do tráfego marítimo, a detecção e combate a atividades ilegais, a inspeção de embarcações e a defesa de recursos naturais e infraestruturas estratégicas nas regiões marítimas, fluviais e lacustres do país.

“Inicialmente, chamada de patrulha costeira, quando instituída pela Lei nº 2.419, de 10 de fevereiro de 1955, passou a atual denominação de Patrulha Naval (PATNAV), pelo Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004” (Brasil, 2017, cap. 4, p. 4).

Na Amazônia Ocidental, a PATNAV desempenha uma função vital devido à extensa rede de rios e à significância estratégica do local, realizando inspeção em embarcações, combate a atividades ilegais, preservação e conservação do meio ambiente, ajuda humanitária, soberania e presença, entre outras funções.

Figura 3 - Navio-Patrolha P20



Fonte: <https://www.marinha.mil.br>

O exercício do poder de polícia administrativa garante a ordem e protege o interesse público na sociedade. Por meio desse poder, a administração pública pode fiscalizar, regular e controlar as atividades dos cidadãos, empresas e instituições, visando garantir o bem-estar e a segurança de todos. É um poder discricionário, ou seja, a administração tem autonomia para agir dentro dos limites legais, buscando sempre o equilíbrio entre os direitos individuais e o interesse coletivo. Porém, é importante ressaltar que o exercício do poder de polícia deve ser pautado pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, princípios que regem a atuação da administração pública.

A extensão do poder de polícia é o seu campo de atuação e compreende diferentes seguimentos, tais como: polícia de costumes, polícia de logradouros, polícia sanitária, polícia funerária, polícia de pesos e medidas, polícia de trânsito e tráfego, águas, florestal, ambiental, polícia das profissões (Morgado, 2008, p. 181).

A autoridade do poder de polícia administrativa permite que a MB realize operações de fiscalização, inspeção e controle em áreas marítimas de sua responsabilidade. Pode-se destacar: inspeção naval, verificação da documentação, das condições de segurança e da regularidade das embarcações; interdição e apreensão, capacidade de restringir e apreender embarcações que não estejam em conformidade com as normas de segurança ou que estejam envolvidas em atividades ilegais; sanções e punições, autoridade para impor multas e outras sanções administrativas aos infratores das leis marítimas; regulamentação e normatização, contribuição para o desenvolvimento

e implementação de normas e regulamentos que governam a navegação e a exploração dos recursos aquáticos.

Dessa forma, a PATNAV, no exercício do poder de polícia administrativa, exerce uma função essencial na garantia da ordem e proteção das águas do País (Águas Jurisdicionais brasileiras – costeiras e interiores), assegurando não só os interesses do Brasil, mas também a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades que utilizam essas áreas para prosperar e sobreviver.

### 3.3 – AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

São os habitantes que vivem às margens de rios no Brasil e compõem comunidades que residem próximas a cursos d'água, represas e demais formas de água. Suas atividades diárias, como pesca, agricultura para consumo próprio, deslocamento e até mesmo o abastecimento de água, estão intimamente ligadas a esses recursos hídricos. Esses grupos populacionais estão distribuídos em várias partes do território nacional, abrangendo desde o Pantanal, no Centro-Oeste, até a Amazônia, ao Norte. A vida à beira do rio é caracterizada por uma conexão profunda com o meio ambiente, enraizada em tradições culturais específicas e no saber tradicional sobre a utilização sustentável dos recursos naturais.

As populações ribeirinhas da Amazônia Ocidental são os habitantes das margens dos rios da região da Amazônia. Elas vivem às margens dos rios Amazonas, Solimões, Juruá, Purus e outros na Amazônia Ocidental são em sua maioria os povos ribeirinhos. Essa área inclui os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Os membros desses coletivos possuem uma ligação essencial com o ecossistema aquático, aproveitando os cursos d'água não somente para garantir sua subsistência por meio da pesca e da agricultura nas áreas alagadas, mas também como vias primárias de deslocamento e interação. A convivência social e cultural está profundamente atrelada ao ciclo dos rios, com celebrações, cerimônias e atividades coletivas que expressam essa relação.

Figura 4 – Populações ribeirinhas



Disponível em: <https://arvoreagua.org/povos-tradicionais/ribeirinhos-2>

A economia dessas comunidades se sustenta principalmente na pesca tradicional, na agricultura de pequena escala (especialmente no plantio de mandioca e banana), na coleta de frutas (como açaí e castanha-do-pará) e, em certas regiões, na exploração de madeira e borracha. A estrutura social costuma ser coletiva, com famílias ampliadas residindo em pequenos agrupamentos comunitários ou aldeias à beira dos rios.

O rio possui um papel fundamental na vida dos ribeirinhos. É através dele que são estabelecidas as ligações entre as localidades com a utilização de jangadas e barcos como o único meio de transporte. O rio é sua rua. É nele também que os ribeirinhos executam uma das principais atividades que lhes proporciona fonte de renda e de sobrevivência: a pesca (Instituto Ecobrasil, 2024, *online*).

Mesmo detendo uma cultura bastante rica, esses grupos populacionais se deparam com obstáculos consideráveis, tais como a restrição de acesso a serviços de saúde e educação, a ausência de infraestrutura elementar e, mais recentemente, a pressão provocada por atividades econômicas como a exploração mineradora e o desflorestamento. Contudo, também exercem um papel de destaque na proteção e preservação da Amazônia, adotando práticas sustentáveis que são repassadas ao longo das gerações.

A Patrulha Naval e as Operações Ribeirinhas estão inter-relacionadas porque ambas visam à segurança e à soberania das águas brasileiras, embora possam ocorrer em diferentes ambientes aquáticos.

Possuem objetivos comuns no que se refere à segurança e à soberania brasileira, protegendo as fronteiras marítimas e fluviais do País, prevenindo e combatendo atividades ilícitas como contrabando, tráfico de drogas, pirataria e pesca ilegal. Também podem oferecer apoio a operações militares, proporcionando transporte, segurança e vigilância em áreas de interesse estratégico.

Por vezes, atuam em ambientes distintos: a PATNAV dedica-se às águas territoriais, zonas econômicas exclusivas (ZEE) e regiões costeiras. Empregando navios de grande porte equipados com armamentos robustos e sistemas de vigilância avançados e as OpRib com foco em rios, lagos e canais internos. Utilizando embarcações pequenas e ágeis adaptadas para operações em águas rasas e locais confinados.

As ações realizadas nas margens dos rios complementam as missões navais ao assegurar a proteção das rotas navegáveis internas, as quais são essenciais para o transporte e a logística em diversas áreas. Em situações de perigo que abrangem tanto áreas costeiras quanto internas, as duas operações podem ser coordenadas para uma resposta mais eficiente. A habilidade de atuar tanto em mares abertos quanto em rios possibilita uma presença naval ampla, abarcando todas as possíveis rotas de entrada e saída para atividades ilegais ou ameaças.

No que diz respeito a este estudo, cujo elemento principal são as Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental, o trabalho conjunto entre a Patrulha Naval e essas operações é essencial para garantir a segurança e a soberania dessa região estratégica, que com sua vasta rede de rios e densa floresta, apresenta desafios únicos para a defesa e a proteção ambiental. Nesse sentido, a cooperação permite uma presença contínua e eficaz das forças de segurança em áreas remotas e de difícil acesso, além de facilitar operações de apoio humanitário, logística e combate a crimes ambientais, fortalecendo a capacidade de resposta e a proteção da região, preservando seus recursos naturais e garantindo a segurança de suas populações.

Nas Operações Ribeirinhas, a MB necessita contar com os fuzileiros navais sempre prontos para garantir a projeção de poder e o controle das áreas marítimas, protegendo instalações portuárias, ilhas e arquipélagos nas águas territoriais brasileiras. Esses fuzileiros são essenciais em operações de guerra naval, missões de curta duração,

atividades humanitárias e apoio à política externa, além de atuar nas Operações Ribeirinhas para controlar as margens dos rios (Brasil, 2012).

Muitos são os desafios operacionais específicos das Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental, pois essas ações enfrentam dificuldades substanciais, como a distância dos centros urbanos e desafios logísticos devido à geografia e à infraestrutura precária, além de condições climáticas desfavoráveis, como fortes chuvas e variações nos níveis dos rios. A região também sofre com a falta de comunicação eficiente, acesso limitado a serviços de saúde e da presença de atividades criminosas.

#### Operações Ribeirinhas

São aquelas realizadas por uma ForTarRib, com o propósito de obter e/ou manter o controle de parte ou de toda uma área ribeirinha, ou para negar o seu uso ao inimigo. Esses propósitos exigem, normalmente, o controle de hidrovias selecionadas, que, por sua vez, só será efetivamente exercido se houver, simultaneamente, o controle sobre as respectivas margens (Brasil, 2020a, cap. 19, p. 1).

Segundo Silva (2021), a Força que agirá em regiões ribeirinhas precisará elaborar uma estratégia que englobe tanto operações terrestres quanto fluviais, com o suporte aéreo. Dessa maneira, necessitará realizar adaptações, pois devido à situação de uma missão fluvial, os rios não apenas funcionarão como vias de navegação, mas também como áreas táticas dessa Força, onde serão realizadas ações ofensivas de grande mobilidade e impacto por tropas especializadas em combate aquático, com características semelhantes às Unidades de Cavalaria Blindada das tropas terrestres.

É imprescindível levar em conta a sustentabilidade ambiental e o impacto sobre as populações locais. Por isso, torna-se necessário um planejamento metódico, conhecimento local e adaptações constantes às condições dinâmicas da região.

### 3.4 – A PATRULHA NAVAL E O MEIO AMBIENTE

Qual o papel da Patrulha Naval na proteção e preservação do meio ambiente?

O objetivo deste capítulo é compreender de que forma o emprego da Patrulha Naval (PATNAV) na Amazônia Ocidental pode contribuir para proteger os recursos naturais e preservar o meio ambiente.

A atenção do Brasil em relação ao meio ambiente começou a se destacar a partir dos anos 1970, quando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1973. Durante os anos 1980, o movimento ambientalista teve um crescimento

significativo, resultando na fundação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989. A Constituição de 1988 incluiu um capítulo dedicado exclusivamente ao meio ambiente, ressaltando a relevância da preservação ambiental.

Já no fim do século XX, o Brasil foi palco da ECO-92, uma conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, que teve grande importância em escala mundial para as questões ambientais. Já nos anos 2000, o País seguiu avançando na criação de leis e políticas de preservação, como o Plano de Ação para a Preservação e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), um plano de ação para combater o desmatamento na Amazônia Legal.

Nos últimos tempos, a questão ambiental tem gerado debates acalorados, com progressos e retrocessos, especialmente em relação à conservação da fauna e flora, às alterações climáticas e à exploração sustentável dos recursos naturais.

Muitos dos desafios ambientais enfrentados no país estão diretamente relacionados com as questões sociais, políticas e econômicas, que remetem ao dilema de como formular um modelo de desenvolvimento sustentável que inclua os preceitos de conservação ambiental e cultural, justiça social e melhoria da qualidade de vida em diferentes segmentos da sociedade (Castro; Futemma, 2015, p. 7).

Nesse sentido, a participação da Patrulha Naval na Amazônia Ocidental é bem diversificada e imprescindível para a conservação ambiental e suporte às comunidades locais. Sua atuação tem um papel importante na garantia da harmonia e qualidade de vida na área, demonstrando o comprometimento da MB com a preservação e o progresso sustentável da Amazônia. Sua atuação na proteção e preservação do meio ambiente dá-se de forma direta e indireta, devido à complexidade e à vastidão da região, bem como à diversidade de desafios enfrentados. A MB trabalha ativamente para coibir a prática de desmatamento ilegal, mineração clandestina e pesca predatória, em parceria com entidades ambientais no combate a esses crimes, além de executar ações de vigilância e controle ao longo dos rios da Amazônia, acompanhando atividades que possam gerar impactos ao meio ambiente e assegurando o respeito às normas de preservação ambiental. Também realiza atividades de conscientização ambiental nas comunidades ribeirinhas, estimulando atitudes sustentáveis e a proteção dos recursos naturais. Para

aumentar a eficiência e a eficácia de suas ações, realiza colaborações com o IBAMA, Polícia Federal e demais órgãos, ampliando a atuação e controle ambiental na localidade.

O desenvolvimento sustentável da região amazônica passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional: só ele pode consolidar as condições para assegurar a soberania nacional sobre aquela região. Dentro dos planos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, caberá papel primordial à regularização fundiária. Para defender a Amazônia, será preciso ampliar a segurança jurídica e reduzir os conflitos decorrentes dos problemas fundiários ainda existentes. (BRASIL, 2012, p. 82).

É de suma importância proteger e preservar o meio ambiente na região da Amazônia Ocidental por diversos motivos, como questões ambientais, climáticas, econômicas e culturais. Essa área é conhecida por sua vasta diversidade biológica, com inúmeras espécies de plantas, animais e micro-organismos, muitas das quais ainda não foram devidamente estudadas. Preservar esse ecossistema é essencial para manter a variedade de vida e garantir a sobrevivência de espécies únicas. Além disso, a floresta amazônica desempenha um papel importante na absorção de dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ) da atmosfera, o que a torna um importante reservatório de carbono. As árvores e plantas da região absorvem  $\text{CO}_2$  durante o processo de fotossíntese, armazenando o carbono em sua biomassa e contribuindo para reduzir os impactos das mudanças climáticas. Essa função é essencial para regular o clima global, pois ajuda a diminuir a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera. No entanto, o desmatamento e a degradação da floresta amazônica representam ameaças a essa capacidade, liberando o carbono armazenado e prejudicando a eficácia da floresta em capturar  $\text{CO}_2$ . Assim, a preservação da Amazônia é crucial para garantir a continuidade desse importante serviço ambiental. A destruição desse ambiente contribui significativamente para o aumento das emissões de gases poluentes. Caso as queimadas continuem aumentando de forma significativa, o papel da floresta que antes era de absorvedor de gases de efeito estufa (GEE) da atmosfera, passará a emissor.

Segundo a SBPC (2022, *online*), “o aumento das queimadas na Amazônia está levando à reversão do papel da floresta que antes absorvia gases de efeito estufa (GEE) da atmosfera e passou a emitir”.

A região também é conhecida por abrigar uma das maiores redes fluviais do mundo, desempenhando um papel fundamental no ciclo da água. Esses recursos hídricos são essenciais para o abastecimento de água potável, apoio às atividades agrícolas e industriais e também para o sustento das comunidades locais, como as ribeirinhas.

A amazônia oferece benefícios importantes, como a preservação do solo, a polinização das plantas e a regulação do ciclo de nutrientes. Essas vantagens são essenciais para a promoção de uma agricultura ecologicamente correta e para a manutenção da saúde dos ecossistemas locais e mundiais.

Aportar na preservação da diversidade da fauna e flora da Amazônia Ocidental possibilita o estímulo de atividades econômicas sustentáveis, como o ecoturismo, os estudos em biotecnologia e a exploração de recursos naturais de forma sustentável. Essas ações apresentam capacidade de impulsionar a criação de empregos e a renda para os habitantes locais sem prejudicar a conservação do meio ambiente.

Dessa maneira, torna-se fundamental uma análise minuciosa da região amazônica para o entendimento dos diferentes ambientes e da diversidade de espécies presentes nessa área.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988, Art. 225).

Mas qual a diferença entre preservação e conservação do meio ambiente?

Sempre presentes em debates sobre questões ambientais, esses conceitos são frequentemente utilizados de forma inadequada. Ambas correntes de pensamento têm o intuito de promover a proteção do meio ambiente, contudo, enquanto uma foca na preservação, a outra busca alternativas para promover o desenvolvimento sustentável.

O termo “conservação” teve origem em uma corrente ideológica conhecida como conservacionismo, que preza pela proteção do meio ambiente sem levar em consideração seu valor econômico ou utilitário. Essa corrente responsabiliza o ser humano pelo desequilíbrio ambiental. Com intuito de proteção, sugere a instituição de áreas sagradas, livres de qualquer intervenção ligada ao desenvolvimento tecnológico e sua subsequente deterioração. De outra maneira, “manusear”, “investigar”, “utilizar” e, frequentemente, até “buscar”, são ações que contrariam esses valores.

Enquanto isso, a preservação cuida da natureza de uma forma mais flexível, permitindo a utilização de seus recursos de forma sustentável. Da mesma forma, a gestão adequada do meio ambiente pelos seres humanos. A proteção do meio ambiente promove o progresso sustentável da sociedade, visando assegurar um padrão de vida mais adequado para as atuais e futuras gerações. Ao priorizar a utilização consciente de recursos naturais e minimizar os danos ao ecossistema.

É necessário que surja e se estabeleça na região um novo modelo de desenvolvimento sustentável que esteja de acordo com a proteção da floresta e a preservação da biodiversidade, levando em consideração as diferentes características do extenso território. Não há mais espaço para a exploração predatória e para a realização de grandes projetos que causem impactos negativos no meio ambiente e na população, sendo considerados danos secundários. Por outro lado, também não se pode considerar a floresta como um ecossistema intocado e imutável (Instituto Igarapé, 2022).

### 3.5 – A MB NA GARANTIA DA SOBERANIA NACIONAL

De que forma a promoção das ações de presença da MB podem garantir a soberania nacional e dissuadir possíveis ameaças externas na região?

As ações de presença referem-se a uma série de operações e atividades contínuas realizadas pela MB para garantir a soberania, segurança e integridade territorial do País, especialmente em áreas estratégicas e remotas, que apesar de sua localização distante dos centros urbanos e difícil acesso, possuem grande importância para a segurança, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Áreas estratégicas para o Brasil são áreas ou regiões essenciais para o avanço e a defesa do país. Esses locais são determinados levando em consideração aspectos como potencial econômico, importância para a soberania nacional, recursos naturais, infraestrutura fundamental e posição geopolítica. Exemplos desses setores são a Amazônia, devido a sua diversidade biológica e recursos naturais; o pré-sal, por suas reservas de petróleo; e a área de tecnologia e inovação, imprescindível para o crescimento econômico e a competitividade internacional. A preservação e o desenvolvimento desses setores são essenciais para assegurar a sustentabilidade e o progresso do Brasil.

A END estabelece Estratégias de Defesa e Ações Estratégicas de Defesa, destacando duas áreas marítimas que merecem atenção especial, sob o ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil. São elas: a faixa entre Santos e Vitória e a área marítima em torno da foz do rio Amazonas (PEM 2040, 2020b, p. 18).

Como garantir a soberania nacional e prevenir os riscos internacionais?

A região da Amazônia Ocidental é reconhecida por sua grande diversidade de espécies e pela abundância de recursos naturais, tornando-a uma área de extrema

importância estratégica para o Brasil. A MB tem um papel fundamental na proteção da soberania nacional e na prevenção de ameaças externas nessa região vasta e desafiadora. Suas ações de presença são essenciais para garantir a integridade do território, promover o uso sustentável dos recursos naturais e garantir a segurança das comunidades locais.

De acordo com Brasil (1988), no art. 1º, descreve a soberania como um dos Princípios Fundamentais. A independência territorial, portanto, protege a autossuficiência e a totalidade geográfica de uma nação. Na região da Amazônia Ocidental, a MB conduz diversas estratégias e tarefas com o objetivo de assegurar essa independência. Dentre as atividades principais estão as patrulhas fluviais, que supervisionam e regulam os cursos de água, evitando práticas ilegais como o tráfico de drogas, a mineração clandestina e a pesca excessiva.

As equipes de vigilância fluvial da MB, munidas de barcos modernos e alta tecnologia, executam missões periódicas nos rios amazônicos, assegurando a representação do Estado em regiões distantes dos grandes centros urbanos e de difícil alcance. Essas ações não só inibem práticas ilegais, como também reforçam a segurança dos habitantes locais, evidenciando o comprometimento do governo brasileiro com a defesa de seu território e de sua população.

Controlar as ameaças externas também é essencial para assegurar a soberania nacional, pois a Amazônia Ocidental possui fronteiras com diversos países sul-americanos, o que faz com que o controle das fronteiras aquáticas seja uma prioridade. A MB emprega dispositivos de monitoramento, radares e diferentes tecnologias para identificar invasões e atividades suspeitas nas regiões de fronteira.

A região em estudo é estrategicamente localizada, fazendo divisa com diferentes países sul-americanos. A atuação da MB é essencial para evitar possíveis ameaças vindas de fora, sejam elas de caráter militar, econômico ou ambiental. A colaboração internacional e a vigilância contínua são fundamentais nas ações de defesa promovidas pela Força Naval brasileira. Esta contribui de forma ativa em treinamentos militares conjuntos com as forças armadas de nações vizinhas, visando aprimorar a compatibilidade e a troca de dados, reforçando os laços diplomáticos e ampliando a habilidade de agir diante de possíveis conflitos ou emergências. Adicionalmente, a Armada realiza uma supervisão rigorosa das fronteiras aquáticas, empregando tecnologias de monitoramento avançadas para identificar e responder prontamente a qualquer invasão.

Mas quais seriam exatamente essas ameaças externas que a MB se preocupa em inibir?

Seriam as possíveis ameaças de nações estrangeiras na região da Amazônia Ocidental que envolvem práticas de espionagem, exploração ilegal de recursos naturais, biopirataria e tentativas veladas de reivindicação de território por meio de pressões políticas e econômicas. Diversos países podem buscar acesso não autorizado a recursos naturais valiosos, como minerais raros e diversidade biológica, resultando em danos ambientais e perda de controle sobre esses ativos. Ademais, existe a possibilidade de interferências diplomáticas que questionem a autoridade brasileira sobre a região, sob pretexto de conservação ambiental ou direitos das comunidades indígenas. Tais desafios demandam uma constante vigilância e uma política de defesa sólida para assegurar a integridade territorial e a soberania brasileira, Princípio Fundamental expresso na CRFB de 1988.

A MB realiza atividades de inteligência para identificar e acompanhar possíveis ameaças externas. Isso envolve a coleta e análise de dados sobre ações ilícitas, organizações armadas e outras situações que podem afetar a segurança da região. A atuação da inteligência é essencial para elaborar e realizar medidas preventivas e de reação ágil.

É importante observar que, sem uma maior preocupação com a segurança marítima para neutralizar ações que provoquem graves danos ao ambiente marinho e ao litoral brasileiro, os esforços voltados para a preservação ambiental não trazem resultados satisfatórios em termos de defesa (Brasil, 2020b, p. 43).

As estratégias adotadas pela MB para lidar com possíveis ameaças externas na região da Amazônia Ocidental são diversas e meticulosamente planejadas com o objetivo de resguardar a soberania nacional, assegurar a proteção das fronteiras e manter a integridade territorial do país.

Além disso, a MB realiza atividades conjuntas e treinamentos militares com as forças armadas de nações vizinhas. Essa parceria tem como objetivo ampliar a capacidade de cooperar, estreitar relações diplomáticas e aprimorar a habilidade de lidar com ameaças que transcendem fronteiras. O compartilhamento de dados e a sincronização de estratégias são fundamentais para enfrentar desafios compartilhados na área.

A presença contínua da Armada na região, por meio da manutenção de bases navais e destacamentos avançados em locais estratégicos possibilita uma resposta ágil em situações de emergência e fortalece a capacidade de monitoramento e controle do território. Tais ações evidenciam o comprometimento da MB com a defesa do território e com a busca pela paz e estabilidade na área.

A MB prioriza o preparo e o desenvolvimento de seus membros para atuarem em locais desafiadores, como a região amazônica. Isso engloba o ensino de estratégias de combate em rios, sobrevivência na floresta e a realização de operações em conjunto com outras forças de segurança.

Para o atendimento eficaz das hipóteses de emprego, as Forças Armadas deverão estar organizadas e articuladas de maneira a facilitar a realização de operações conjuntas e singulares, adequadas às características peculiares das operações de cada uma das áreas estratégicas (Brasil, 2020c, p. 123).

Dessa forma, sua presença na região torna-se um elemento vital para a defesa nacional e o desenvolvimento sustentável, reforçando a importância da vigilância e do controle contínuo nessa área.

Além disso, as Operações Ribeirinhas também atuam no combate às ações ilícitas na Amazônia Ocidental.

Quais são as contribuições significativas para a segurança nacional que são atribuídas às OpRib, apoiadas pelos navios-patrolha da MB, contra atividades ilícitas na Amazônia ocidental?

Na região da Amazônia Ocidental, devido ao ambiente propício, podem ocorrer várias práticas ilegais, gerando riscos significativos para a segurança, o ecossistema e as populações ribeirinhas. Algumas das principais práticas ilegais incluem: tráfico de entorpecentes, comércio ilegal de armas, desmatamento, extrativismo irregular, pesca ilegal, biopirataria, grilagem ilegal e tráfico de pessoas.

De acordo com Soares, Pereira, Pucci (2021, *online*), “três atividades ilegais destacam-se no aumento expressivo da violência na região: a ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de madeira e de ouro”.

Para prevenir crimes e ilícitos ambientais na Amazônia, é necessário destinar florestas públicas de forma justa, criar uma rede eficiente de transmissão de informações sobre invasões e exploração ilegal, fortalecer programas de proteção para defensores ambientais e de direitos humanos, e implementar um plano integrado de proteção e fiscalização das terras indígenas e unidades de conservação. Além disso, é importante

regulamentar o poder de polícia administrativa da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), fortalecer a fiscalização ambiental pelos órgãos estaduais e federais, e melhorar a transparência e coordenação das secretarias estaduais de meio ambiente com o IBAMA e órgãos policiais (Instituto Igarapé, 2022).

Manter o equilíbrio na Amazônia envolve lidar com os problemas de segurança na região de uma forma abrangente e isso significa compreender que a salvaguarda local vai além da proteção contra perigos clássicos como a criminalidade e a violência, abrangendo também questões ambientais, sociais, econômicas.

As práticas ilegais prejudicam não apenas a variedade de vida e os elementos naturais da região da Amazônia Ocidental, mas também afetam a proteção e o conforto dos habitantes locais, requerendo um trabalho constante de fiscalização e punição por parte das autoridades.

A região é frequentemente usada para o deslocamento de drogas, devido a sua extensão e ao desafio em fiscalizá-la de forma eficaz.

O comércio ilegal de substâncias ilícitas na Amazônia Ocidental representa um desafio relevante devido à extensão e densidade da floresta, que possibilita a criação de caminhos secretos para a atividade ilegal. Essa área é explorada como rota para o contrabando de drogas provenientes de nações limítrofes como Colômbia e Peru, com destino às metrópoles brasileiras e ao mercado global. Para enfrentar essa atividade ilegal, a MB realiza ações de vigilância e controle nas rotas fluviais da região. Por meio de barcos ágeis e aeronaves, ela executa atividades de investigação e supervisão, muitas vezes trabalhando em conjunto com outras organizações de segurança, como o Exército, a Força Aérea e a Polícia Federal. Além disso, a MB colabora em operações conjuntas com entidades internacionais para combater o tráfico em nível global.

Durante o período de 06 de novembro de 2023 a 03 de maio de 2024, a MB executou a Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que teve como objetivo reforçar o combate ao tráfico ilegal e coordenar esforços com outras agências de segurança nos principais portos do Brasil e em áreas estratégicas. A intenção foi evitar que o crime organizado utilizasse esses locais como pontos de distribuição de drogas e produtos contrabandeados (Agência Gov, 2024).

Figura 5 – Operações de GLO



Disponível em: [Marinha do Brasil reforça ações de repressão ao crime organizado — Agência Gov \(ebc.com.br\)](https://www.agencia.gov.br/pt-br/assuntos/marinha-do-brasil-reforca-acoes-de-repressao-ao-crime-organizado)

A existência de caminhos secretos facilita a circulação de armamentos, promovendo a escalada da violência e o fortalecimento do crime organizado.

De acordo com Soares, Pereira, Pucci (2021, *online*), “a região, que tinha níveis relativamente baixos de violência até o fim da década de 1990, se tornou uma das mais violentas do país no período recente”.

A comercialização clandestina de armamentos na região da Amazônia Ocidental é uma questão preocupante devido à extensão territorial e à dificuldade de acesso, o que facilita o contrabando de armas por meio das fronteiras com nações vizinhas como Colômbia, Peru e Venezuela. Esses armamentos frequentemente fornecem arsenais para organizações criminosas e grupos armados não autorizados, intensificando a ocorrência de violência e criminalidade na área. Para coibir o comércio ilegal de armas, a MB realiza ações de vigilância e controle rigorosos nas vias fluviais, que são importantes rotas para o contrabando, empregando barcos velozes e helicópteros para monitorar e abordar embarcações suspeitas. Em colaboração com outras forças de segurança, como o Exército, a Polícia Federal e órgãos de inteligência, a MB participa de operações conjuntas para dismantelar redes de tráfico de armas. Adicionalmente, trabalha em parceria com países vizinhos para fortalecer a segurança das fronteiras e promover a troca de informações.

O desmatamento na Amazônia Ocidental é um problema ambiental crítico, caracterizado pela destruição de grandes áreas de floresta tropical. Suas consequências incluem a perda de biodiversidade, o aumento das emissões de dióxido de carbono, que contribuem para as mudanças climáticas, e a degradação dos ecossistemas, que são vitais para a manutenção do equilíbrio climático global. Além disso, o desmatamento afeta negativamente as comunidades indígenas e tradicionais, que dependem da floresta para sua subsistência e cultura.

Figura 6 – Incêndios na Amazônia Ocidental



Fonte: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

A retirada sem permissão de madeira tem impacto negativo no meio ambiente, promovendo a devastação das florestas.

“Trata-se de uma má notícia para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que precisa enfrentar esta alta de incêndios enquanto o desmatamento na Amazônia continua caindo” (Correio Braziliense, 2024, *online*).

A destruição de florestas na Amazônia Ocidental resulta na retirada de vastas extensões de mata tropical, causando prejuízos à diversidade de espécies, aos ecossistemas locais e ao clima do planeta. O avanço da agricultura, da criação de gado, da exploração madeireira e da construção de estruturas são os principais motivos desse problema.

A MB tem atuado para combater o desmatamento na região da Amazônia Ocidental, por meio de diversas intervenções, tais como: vigilância e controle, realizando ações de vigilância em rios e locais de difícil acesso para evitar atividades ilegais, como exploração ilegal de madeira; apoio logístico, oferecendo ajuda a órgãos governamentais que atuam na região, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Monitoramento e Inteligência, utilizando recursos tecnológicos, como drones e satélites, para identificar e mapear áreas de desmatamento, possibilitando uma resposta mais ágil e eficiente; educação e conscientização, promovendo ações educativas sobre o meio ambiente nas comunidades ribeirinhas e indígenas, ressaltando a relevância da preservação da floresta e os perigos relacionados ao desmatamento.

Essas medidas, em colaboração com diferentes entidades e órgãos governamentais, têm o potencial de diminuir a velocidade com que ocorre o desmatamento e garantir a preservação da Floresta Amazônica Ocidental.

O extrativismo irregular envolve atividades como a extração ilegal da madeira, mineração clandestina, pesca predatória e caça indiscriminada.

O índice de extrativismo ilegal na região é alarmante e traz consequências sérias para a Amazônia, prejudicando o desenvolvimento sustentável, pois sem práticas adequadas de manejo, a floresta corre o risco de ser destruída, aumentando os conflitos e resultando na perda de oportunidades de trabalho formal e arrecadação de impostos. Muitas áreas atingidas por essas práticas ilegais são áreas indígenas ou de conservação.

De acordo com Sangüeza (2023, *online*), a Amazônia Ocidental enfrenta diversos desafios, como invasões, derrubadas de árvores e exploração de recursos naturais, que tornam a região mais frágil, prejudicando o bem-estar das pessoas que vivem e preservam essa floresta única.

A MB, por meio da PATNAV, realiza patrulhamentos regulares nos rios. Além disso, conta com a colaboração de agências governamentais como IBAMA e o ICMBio, utiliza tecnologias de monitoramento da região e realiza campanhas educativas de conscientização ambiental

Outra atividade ilegal é a biopirataria, que trata da apropriação indevida de recursos biológicos e conhecimentos tradicionais com finalidades comerciais, sem a devida remuneração às comunidades locais.

De modo geral, biopirataria significa a apropriação de conhecimento e de recursos genéticos de comunidades de agricultores e comunidades indígenas por indivíduos ou por instituições que procuram o controle exclusivo do monopólio sobre esses recursos e conhecimentos (Ambientebrasil, 2021).

O crime biológico na Amazônia comumente acontece quando indivíduos ou organizações exploram de maneira ilegal os recursos naturais da região, sem o consentimento ou benefício das comunidades locais, desrespeitando os procedimentos

legais e éticos. Dentre as práticas mais comuns de biopirataria na região amazônica, destacam-se: extrair ilegalmente recursos genéticos, com frequência, empresas e cientistas estrangeiros realizam a coleta de plantas, animais, microrganismos e demais recursos biológicos sem autorização na floresta amazônica; exploração indevida dos saberes tradicionais, em que diversas comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia detêm um extenso conhecimento tradicional acerca da utilização sustentável dos recursos locais, englobando as propriedades medicinais de plantas e práticas de manejo. Infelizmente, esse saber é frequentemente explorado sem a devida retribuição ou reconhecimento. Além disso, ocorre a violação de ética no patenteamento, nas quais organizações ou acadêmicos registram a propriedade de itens provenientes de elementos genéticos da Amazônia sem dividir os lucros com as populações locais ou sem considerar os direitos estabelecidos.

O patrulhamento naval tem intensificado suas operações para combater a biopirataria em colaboração com outras agências governamentais e comunidades locais. Com isso, visa proteger a biodiversidade local, impedindo extração e transporte ilegais. Além da PATNAV, o IBAMA, o ICMBio, a Polícia Federal e a Funai atuam em conjunto para assegurar que os recursos biológicos da região sejam utilizados de forma sustentável.

Além disso, outra atividade ilícita é a grilagem ilegal, caracterizada pela invasão criminosa na região da Amazônia Ocidental envolvendo a ocupação e apropriação indevida de terras públicas, muitas vezes realizadas por meio de falsificação de documentos e registros. Essa prática tem um impacto significativo no desmatamento e na degradação do meio ambiente, gerando também conflitos por questões fundiárias e atos violentos. Os estados que compõem essa região, como Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, possuem vastas extensões de floresta tropical e recursos naturais, o que atrai a atenção de invasores que visam lucrar com a exploração ilegal de madeira, mineração e pecuária.

De onde vem a grilagem?

Sua origem remonta aos tempos do Brasil Império (1822-1889), quando pessoas colocavam um documento falso de propriedade dentro de uma caixa com grilos para dar ao papel um aspecto antigo.

Os insetos roíam as bordas das folhas e suas fezes lhes davam uma cor amarelada. Uma vez “envelhecido” pelos grilos, o documento dava a impressão de verdadeiro, o que facilitava o seu reconhecimento. Assim, ficava permitida a ocupação ilegítima e ilegal de determinada área (IPAM Amazônia, 2024, *online*).

A prática ilegal de grilagem está colocando em risco a sociodiversidade amazônica, tendo um impacto direto na crise climática e na diminuição da capacidade de recuperação da floresta, podendo chegar a um momento crítico conhecido como ponto de inflexão. Ainda assim, essa atividade criminosa colabora para o crescimento da insegurança alimentar e traz danos para a agricultura, resultando no aumento da ocorrência e da gravidade de incêndios e queimadas na área (IPAM Amazônia, 2024).

A MB coíbe esse tipo de atividade ilegal utilizando o patrulhamento, operações conjuntas, fiscalização ambiental e tecnologia.

Por fim, o tráfico de pessoas na Amazônia Ocidental é um problema grave, abrangendo o aliciamento, transporte e exploração de pessoas, principalmente mulheres, crianças e indígenas, para realizarem trabalho forçado, exploração sexual e outras formas de escravidão. Além de serem vítimas do tráfico, as crianças e adolescentes brasileiros também sofrem com a exploração sexual por turistas. A ligação entre o turismo e esse tipo de crime não deveria existir, mas é comum em vários pontos da região. Devido à sua extensão, dificuldades de acesso e fronteiras frágeis, ela se torna um ambiente propício para essas práticas ilegais.

A situação do tráfico de pessoas no Brasil e no mundo é bastante parecida. Indivíduos que querem melhorar de vida são seduzidos por ofertas de empregos vantajosos. Entretanto, por trás dessas oportunidades atraentes pode se esconder um ato criminoso. Na Amazônia, os casos mais comuns envolvem exploração sexual, trabalho doméstico forçado e escravidão. As pessoas que aceitam esses convites na esperança de realizar seus sonhos muitas vezes acabam em situações de abuso (Bertoldo, 2023).

Além do patrulhamento fluvial e das ações conjuntas com outras instituições, a MB realiza um amplo atendimento às vítimas, oferecendo proteção, assistência médica e psicológica.

### 3.6 - A TECNOLOGIA NO AUXÍLIO ÀS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

Com avanço tecnológico, tem-se uma vasta gama de recursos disponíveis para serem utilizados nessas incursões, considerando a área de difícil acesso. Algumas das formas específicas em que a tecnologia pode ajudar incluem: Sistemas de GPS e Navegação Avançada; Sistemas de Informação Geográfica (SIG); Rádios de Alta Frequência (HF) e Satélite; Reconhecimento e Monitoramento; *Drones*; Sistemas de Gestão de Logística; Embarcações e Veículos Anfíbios; Tecnologia de Sobrevivência e

Sustentabilidade; Sistemas de Vigilância e Detecção; Análise de Dados e Inteligência Artificial (IA); Treinamento e Simulação, entre outros.

A tecnologia, ao ser integrada de forma estratégica e eficiente, pode transformar os desafios das Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental em oportunidades de inovação e eficiência. Desde a navegação e comunicação até a logística, segurança e treinamento, as ferramentas tecnológicas são essenciais para melhorar a eficácia e a segurança das operações em áreas de difícil acesso.

A Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro assinaram, no dia 21 de setembro, o instrumento de parceria para a fabricação da Lancha de Operações Ribeirinhas São Félix do Araguaia. Serão construídas 4 (quatro) amostras da Embarcação Blindada pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. A lancha aumentará o poder de combate das organizações militares que atuam em operações ribeirinhas, especialmente nos comandos militares do Sul, do Oeste, do Norte e da Amazônia. A embarcação é capaz de transportar um Grupo de Combate de Infantaria armado e equipado, e conta com proteção blindada e poder de fogo compatível com a natureza das operações ribeirinhas. A Lancha de Operações Ribeirinhas São Félix do Araguaia aumentará a capacidade do Exército para patrulhar as vias fluviais, colaborando na defesa da faixa de fronteira e no combate a crimes ambientais (Fan, 2023, *online*).

Figura 7 – Lancha para OpRib



Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/marinha-e-exercito-assinam-parceria-para-fabricacao-de-lancha-de-operacoes-ribeirinhas/>:

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Operações Ribeirinhas apoiadas pela Patrulha Naval da MB na Amazônia Ocidental desempenham um papel fundamental na proteção dos recursos naturais e na conservação do meio ambiente. A extensa e complexa região amazônica, com sua diversidade biológica singular e abundante em recursos naturais, requer uma vigilância constante e eficaz para evitar a exploração ilegal e a degradação ambiental. Dessa forma, a atuação da Armada é essencial para assegurar a preservação desse patrimônio nacional.

As operações de monitoramento têm um papel essencial na segurança e soberania do país, principalmente em regiões distantes e de difícil acesso. Com a presença constante do Estado, essas ações não só desencorajam possíveis ameaças tanto internas quanto externas, mas também combatem efetivamente práticas ilegais, como o tráfico de entorpecentes, a pesca não autorizada, a mineração ilegal, o tráfico de seres humanos e crimes ambientais. Portanto, a atuação contínua das embarcações de vigilância da MB na Amazônia Ocidental é fundamental para manter a ordem e a integridade territorial, ressaltando a importância estratégica para o País.

A pesquisa realizada sobre as ações às margens dos rios, com auxílio dos navios-patrolha, mostrou a eficácia no enfrentamento dessas práticas ilegais, colaborando de maneira significativa para a proteção e a tranquilidade do local. A habilidade de deslocamento e a versatilidade das embarcações diante das condições difíceis dos cursos d'água da Amazônia possibilitam uma resposta ágil e eficaz diante de situações de emergência e dos obstáculos impostos pelo ambiente e pelo clima.

Contudo, é possível melhorar ainda mais. Sugere-se aumentar os recursos destinados à tecnologia e à infraestrutura da MB, com o objetivo de melhorar a capacidade de vigilância e monitoramento. A utilização de *drones* equipados com câmeras de alta resolução; satélites de observação com imagens que oferecem uma visão ampla da área; Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que permitem uma visão detalhada do terreno e dos cursos d'água e rádios de alta frequência (HF), que podem superar as barreiras da densa floresta, mantendo a comunicação entre as unidades, são alguns exemplos dos meios tecnológicos que podem ser utilizados nessas operações.

Além disso, é fundamental um treinamento contínuo das equipes: simuladores de Realidade Virtual (RV) e Aumentada (RA), que permitem que os militares treinem em ambientes virtuais que replicam as condições da Amazônia, melhorando a preparação e a

eficácia das operações e as Plataformas de *E-learning*, que oferecem cursos e treinamentos *online* acessíveis mesmo em áreas remotas, garantindo que as tropas estejam continuamente atualizadas com as melhores práticas e táticas operacionais.

Para o êxito das operações na região da Amazônia Ocidental, é fundamental a colaboração entre diferentes agências e a parceria com nações vizinhas. A parceria com entidades de segurança, organizações ambientais e instituições internacionais pode maximizar a utilização dos recursos disponíveis e aumentar a eficácia das atividades de vigilância.

As OpRib da MB na Amazônia Ocidental são, sem sombra de dúvidas, um elemento essencial na salvaguarda da integridade territorial e na preservação da biodiversidade. Por meio do suporte constante e da otimização das táticas empregadas, é viável garantir um horizonte mais protegido e equilibrado para a Amazônia e para o Brasil.

É recomendada, também, a criação de diretrizes governamentais que priorizem e estimulem a proteção do meio ambiente e o crescimento sustentável na área amazônica. Essas diretrizes devem ser coordenadas com as ações de preservação conduzidas pela MB, assegurando que as populações locais sejam inclusas e favorecidas na manutenção dos recursos naturais. Ademais, é fundamental que estudos futuros se dediquem a investigar e ampliar a compreensão sobre os processos das atividades realizadas ao longo dos rios, os obstáculos enfrentados e as soluções mais adequadas para preservar os recursos naturais e garantir a proteção do território. Pesquisas ininterruptas são imprescindíveis para ajustar e melhorar as estratégias de defesa, garantindo sua eficácia diante dos variados desafios e ameaças que surgem na área.

Além disso, para melhorar as Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental, é essencial investir em infraestrutura de transporte e comunicação, como portos, embarcações e acesso à internet. Programas de capacitação para pilotos, educação ambiental, e serviços de saúde móveis são imprescindíveis. Incentivos ao ecoturismo, produção sustentável e parcerias público-privadas também podem fomentar o desenvolvimento local. Por fim, medidas de proteção ambiental e gestão de resíduos são necessárias para garantir a sustentabilidade das atividades na região.

## REFERÊNCIAS

- Ambientebrasil. **Biopirataria na Amazônia**. 2021. Disponível em: [https://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta\\_amazonica/biopirataria\\_na\\_amazonia.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/biopirataria_na_amazonia.html). Acesso em: 22 jul 2024.
- AGÊNCIA GOV. **Marinha do Brasil reforça ações de repressão ao crime organizado**: Operação da Garantia da Lei e de Ordem foca no combate ao tráfico de ilícitos e atua em articulação com agências e órgãos da segurança pública nos principais portos brasileiros. 2024. Disponível em: [https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/marinha-do-brasil-reforca-acoes-de-repressao-ao-crime-organizado-na-glo-do-mar#:~:text=A%20Marinha%20do%20Brasil%20\(MB,%C3%A1reas%20estrat%C3%A9gicas%2C%20a%20fim%20de](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/marinha-do-brasil-reforca-acoes-de-repressao-ao-crime-organizado-na-glo-do-mar#:~:text=A%20Marinha%20do%20Brasil%20(MB,%C3%A1reas%20estrat%C3%A9gicas%2C%20a%20fim%20de). Acesso em: 01 jul 2024.
- BERTOLDO, Rose. **Um olhar atento ao tráfico de pessoas**: as regiões de fronteira têm um índice maior de casos por conta da dificuldade de fiscalização. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/30/um-olhar-atento-ao-trafico-de-pessoas>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jun. 2024.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comando de Operações Navais. ComOpNav-543 (R). **Manual de Operações Ribeirinhas**. Rev. 1. Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-31.2. **Manual da Companhia de Infantaria de Fuzileiros Navais**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2020a.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Militar Naval**. 1. ed. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. PEM 2040. **Plano Estratégico da Marinha**. Brasília, DF, 2020b.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND) / Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 2020c. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PNDa\\_Optimized.pdf/view](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf/view). Acesso em: 13 abr. 2024.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**: ensaios sobre o conceito de cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CASTRO, Fábio de; FUTEMMA, Célia. **Governança ambiental no Brasil**. Jundiaí, RJ: Paco Editorial, 2015. 296 p.

CORREIO BRAZILIENSE. **Incêndios na Amazônia legal batem recorde para um primeiro semestre em 20 anos.** 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2024/07/amp/6889323-incendios-na-amazonia-legal-batem-recorde-para-um-primeiro-semester-em-20-anos.html>. Acesso em: 02 jul 2024.

FAN, Ricardo. Marinha e Exército assinam parceria para fabricação de Lancha de Operações Ribeirinhas. **Defesanet**, 2023. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/marinha-e-exercito-assinam-parceria-para-fabricacao-de-lancha-de-operacoes-ribeirinhas/> Acesso em: 10 ago 2024.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Comunidades tradicionais**: ribeirinhos. 2024. Disponível em: [http://www.ecobrasil.eco.br/site\\_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos](http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos). Acesso em: 03 ago. 2024

INSTITUTO IGARAPÉ. **Governar para não entregar**: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira. 2022. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbfmadadm/https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-02-v3-agenda-de-seguranca-multidimensional-para-a-amazonia-licenciados.pdf>. Acesso em: 28 jun 2024.

IPAM Amazônia. **O que é grilagem de terras e como combater esse crime na Amazônia.** 2024. Disponível em: <https://ipam.org.br/grilagem/>. Acesso em: 03 jul 2024.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history**, 1660-1783. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MORAES, Michelly. **Preservação do meio ambiente**: entenda sua importância!. 2021. Disponível em: <https://agropos.com.br/preservacao-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Facalossi de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014. 284 p.

**REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 129, n. 07/09, 2009. ISSN 0034-9860. Trimestral. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes-2009>. Acesso em: 24 jun. 2024.

**REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 141, n. 07/09, 2021a. ISSN 0034-9860. Trimestral. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes-2021>. Acesso em: 27 jun. 2024.

**REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 141, n. 10/12, 2021b. ISSN 0034-9860. Trimestral. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes-2021..> Acesso em: 03 ago. 2024.

SANGÜEZA, Víctor Quintanilla. **Ações e motivos para preservar a Amazônia.** 2023. Disponível em: [https://aida-americas.org/es/blog/acoes-e-motivos-para-preservar-a-amazonia?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjw7NmzBhBLEiwAxrHQ-btC4S-IWtfw3DiLinuMb5Gv2XP\\_AvY2OMZR8MXENk9H-FulkvCt2BoCNuEQAvD\\_BwE](https://aida-americas.org/es/blog/acoes-e-motivos-para-preservar-a-amazonia?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw7NmzBhBLEiwAxrHQ-btC4S-IWtfw3DiLinuMb5Gv2XP_AvY2OMZR8MXENk9H-FulkvCt2BoCNuEQAvD_BwE). Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, André Luiz Guimarães. Nova visão das Operações Ribeirinhas para a Marinha do Brasil. **Âncora e Fuzis**, Rio de Janeiro, nº 52, 2021. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ancorasefuzis/article/view/2751>. Acesso em: 07 ago 2024.

SOARES, Rodrigo R.; PEREIRA, leila; Pucci, Rafael. **Ilegalidade e violência na Amazônia.** 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/ilegalidade-e-violencia-na-amazonia/> Acesso em: 28 jun 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Amazônia, de captura a fonte de carbono na atmosfera.** 2022. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/amazonia-de-captura-a-fonte-de-carbono-na-atmosfera/> Acesso em: 03 ago. 2024.